



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Deputado Estadual SERGIO MAJESKI

PROJETO DE LEI Nº /2020

EMENTA:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de sistemas de integridade efetivos pelas empresas beneficiárias de incentivos fiscais do Estado do Espírito Santo.

Art. 1º A presente lei condiciona a concessão de incentivos fiscais pelo Estado do Espírito Santo às pessoas jurídicas empresárias ao estabelecimento de sistema de integridade efetivo no âmbito da organização.

§ 1º Para fins desta lei, e nos termos estabelecidos pelo artigo 41 do Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015, sistema de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

§ 2º O disposto nesta Lei aplica-se às sociedades simples e às sociedades empresárias, não importando qual forma de organização ou modelo societário adotado, assim como às fundações, associações de entidades ou pessoas.

§ 3º Excetuam-se da obrigatoriedade estabelecida nesta Lei as empresas com receita bruta anual inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Art. 2º A obrigatoriedade de implantação do sistema de integridade de que trata esta Lei objetiva:

- I- garantir a execução de contratos em conformidade com a Lei e regulamentos pertinentes a cada atividade contratada;
- II- reduzir riscos contratuais, ratificando maior segurança e transparência em sua execução;
- III- assegurar a qualidade nas relações contratuais.

Art. 3º Para efeito do disposto no caput do artigo 1º considerar-se-á sistema de integridade efetivo aquele que preencha todos os requisitos técnicos estabelecidos no artigo 42 do Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015, que estão elencados a seguir:

I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Deputado Estadual SERGIO MAJESKI

II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;

III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

IV - treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;

V - análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;

VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica;

VIII - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

IX - independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;

X - canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;

XI - medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

XII - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XIII - diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

XIV - verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;

XV - monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Deputado Estadual SERGIO MAJESKI

§1º O sistema de integridade deverá ser moldado e implementado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica.

§2º Os sistemas devem constantemente ser aprimorados e adaptados pelas pessoas jurídicas empresárias.

§3º A aferição da efetividade do sistema de integridade da pessoa jurídica empresária será realizada anualmente, com a emissão de atestado que terá validade de 1 (um) ano, ficando o Poder Público autorizado a realizar diligências e requerer informações à beneficiária a qualquer tempo.

§4º O atestado de que trata o parágrafo anterior deverá ser disponibilizado no Portal da Transparência do Estado.

Art. 4º A pessoa jurídica empresária que possuir atestado válido emitido na forma do artigo anterior ficará apta a pleitear os incentivos fiscais vigentes na legislação estadual.

Art. 5º A abertura de processo administrativo de responsabilização em desfavor da pessoa jurídica beneficiária, embasado nos atos lesivos descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, por qualquer ente da Administração Pública direta ou indireta, bem como a identificação de descumprimento da medida, importará na imediata suspensão do incentivo fiscal concedido.

§1º Os valores que deixaram de ser concedidos em função da suspensão prevista no caput deste artigo poderão ser restituídos caso o processo administrativo seja julgado improcedente.

§2º Julgado procedente o processo administrativo, os incentivos fiscais concedidos deverão ser cassados, ficando o beneficiário impossibilitado de requerê-los por um prazo de até 3 (três) anos.

Art. 6º As empresas beneficiárias de incentivos fiscais na data de publicação desta Lei terão o prazo de 90 (noventa) dias para implantação do sistema de integridade.

Parágrafo único. A estas empresas, caso a aferição da efetividade do sistema estabelecida no §3º do artigo 3º encontre inconsistências, será concedido um prazo adicional de 30 (trinta) dias para adequação, sob risco de suspensão imediata da concessão dos incentivos após este prazo.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo Estadual.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Vitória – ES, 15 de dezembro de 2020

SERGIO MAJESKI
DEPUTADO ESTADUAL – PSB



Autenticar documento e verificar a integridade
com o identificador 21003000332003700300031003A005000. Documento assinado
Assinatura da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Gabinete do Deputado Sérgio Majeski, 208 Estrada do Suá,
digitalmente conforme MP nº 2.206-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
CEP 29.050-950. Tel: (27) 3362.3581
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



Assinatura – ES –



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Deputado Estadual SERGIO MAJESKI

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de programas de *compliance* para a concessão de benefícios fiscais às pessoas jurídicas empresárias.

A palavra “*compliance*” é oriunda do termo em inglês “*to comply*”, que tem como significado agir visando o cumprimento das normas legais e regulamentares. No ambiente corporativo e empresarial, o *compliance* está relacionado à conformidade e à integridade corporativa. Em suma, ele busca com que a empresa esteja sempre de acordo com as regras que devem ser seguidas - evitando, detectando e remediando irregularidades, casos de corrupção e fraudes.

O Índice de Percepção da Corrupção, relatório anual publicado pela Transparência Internacional, classifica os países de acordo com “*o grau em que a corrupção é percebida a existir entre os funcionários públicos e políticos*”. Em 2019, assim como em 2018, o Brasil obteve a sua pior nota desde 2012 – quando o sistema foi alterado –, ficando com apenas 35 pontos. Entre os 180 países que participam do ranking, o Brasil ocupa o 106º lugar, sendo sua pior colocação na história. Logo, a corrupção está presente na realidade brasileira e são necessárias ferramentas para sua atenuação.

Nessa perspectiva, o presente Projeto de Lei auxiliará no combate à corrupção, uma vez que os programas de *compliance* estão diretamente ligados à agenda anticorrupção, objetivando prevenir, detectar e remediar desvios legais dentro das empresas. O presente projeto prevê ainda um prazo limite de um ano para validade do aval de efetividade do sistema de integridade, sendo necessária, após o fim do prazo, a revisão do programa. Tal revisão tem como intuito não permitir que os programas se tornem obsoletos ou ineficazes ou apenas visem à aquisição de incentivos fiscais.

Destacamos que recentemente medida com teor semelhante foi implementada no Estado do Rio de Janeiro pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio De Janeiro – CODIN, por meio da PORTARIA CODIN Nº 005/2019, DE 04 DE JULHO DE 2019, onde ficou estabelecida a exigência do Programa de Integridade a todas as sociedades empresárias que protocolizarem Carta Consulta, requisito obrigatório para a requisição de benefícios fiscais. Como destacou o presidente da companhia na ocasião da apresentação da nova Portaria:

“Nós precisamos oferecer um ambiente juridicamente seguro, onde haverá a certeza de que tratativas entre o Estado e a iniciativa privada serão trabalhadas de forma republicana e proba. É também uma maneira de premiar as empresas que assumirem compromisso efetivo com a prevenção da corrupção e das más práticas administrativas.”

Por fim, apontamos que tal proposição foi elaborada em conjunto com uma discente da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, dentro do Field Project com o tema: “Anticorrupção: Técnica Legislativa e Advocacy para o Desenvolvimento de Novas Leis”, o que





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Deputado Estadual **SERGIO MAJESKI**

evidencia o quão benéfica pode ser a interação e a troca de experiências deste Poder com a academia.

Dessa forma, certos da importância de tal iniciativa para a prevenção da corrupção, a encaminhamos para debate e aprovação dos demais parlamentares.

SERGIO MAJESKI
DEPUTADO ESTADUAL – PSB



Autenticar documento e verificar a autenticidade
com o identificador 21003000320037003000834003A005000. Documento assinado
Assinatura da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Gabinete 602, Av. Américo Bualiz, 208 Enseada do Suá
digitalmente conforme MP nº 2.206-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
CEP 29.050-950, Tel. (27) 3362.3581
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



a – ES –